



**DEPARTAMENTO DA ÁREA DE SERVIÇOS
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO**

ÉDER JOSÉ DA SILVA BARROS

**ANÁLISE POTENCIAL DO ETNOTURISMO E ECOTURISMO NA TERRA
INDÍGENA PONTE DE PEDRA - MT**

**CUIABÁ-MT
2018**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANÁLISE POTENCIAL DO ETNOTURISMO E ECOTURISMO NA TERRA INDÍGENA PONTE DE PEDRA - MT

Artigo apresentado ao Curso de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Mato Grosso
– Campus Cuiabá - como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Bruna Mendes de Fava (Orientador(a) – IFMT)

Prof.(a) Dr.(a) Angela Maria Carrión Carracedo Ozelame (Examinador(a) Interno(a) – IFMT)

Prof.(a) Dr.(a) Ana Paula Bistaffa de Monlevade (Examinador(a) Interno(a) – IFMT)

Data: / / 2018

Resultado:

ANÁLISE POTENCIAL DO ETNOTURISMO E ECOTURISMO NA TERRA INDÍGENA PONTE DE PEDRA - MT

BARROS, Éder José da Silva¹
ORIENTADOR(A), Bruna Mendes de Fava²

RESUMO

É no rio *Sakuriu winã*, que se encontra o lugar da origem mítica dos pareci-haliti, onde Rondon instalou a segunda estação telegráfica de “Ponte de Pedra”, hoje conhecida como terra indígena Ponte de Pedra. Um lugar de história e memória coletiva, fundamental na constituição da identidade desse povo. Esse trabalho tem como objetivo analisar o potencial do etnoturismo e ecoturismo na Terra Indígena Ponte de Pedra, visando analisar os atrativos existentes na região. A partir da discussão bibliográfica e com a utilização de pesquisa de campo e entrevista semiestruturada, procuramos desenvolver um trabalho de reflexão onde o turismo possa se tornar uma das alternativas econômicas aos descendentes dos índios da antiga estação Ponte de Pedra e um motivo para reforçar os laços com o território.

Palavras-chave: Potencial turístico, Atrativo turístico, Etnoturismo, Ecoturismo.

ABSTRACT

It is on the river *Sakuriu winã*, which is the place of mythical origin of the pareci-haliti, where Rondon installed the second telegraph station to the Stone Bridge, today known as indigenous land to the Stone Bridge. A place of history and collective memory, fundamental in the constitution of the identity of this people. This work has as objective to analyze the potential of the etnoturismo and ecotourism in the Village Stone Bridge, with a view to analysing the attractions existing in the region. From the discussion of the literature and with the use of field research and interview without.

Keywords: Potential, tourist Attraction, Etnoturismo, Ecotourism.

¹ Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2011), especialização em Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade FAIPE (2017) e curso-tecnico-profissionalizante em Curso Guia de Turismo Regional pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (2008).

² Professora orientadora: Doutoranda e Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT- Bacharelado em Turismo e Técnico em Eventos), Coordenadora de Estruturação e Qualificação do Turismo na Secretaria Adjunta de Turismo do Estado de Mato Grosso (SEDTUR).

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos houve várias definições a respeito do conceito de turismo. Para alguns autores como Dias (2003), citando como referência Torres (1980) o turismo é um fenômeno natural que envolve o deslocamento voluntário e temporário de pessoas, sejam elas por motivos de lazer, recreação, cultura ou saúde, deslocando de seu lugar habitual (residência) para outro, sem exercer nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas relações de importância social, econômica e cultural.

Do ponto de vista social o turismo apresenta-se como importante papel de socializador, permitindo o encontro entre pessoas de diferentes culturas. Essa socialização de acordo com Dias (2003), permite ao turista uma melhor compreensão e entendimento entre populações de diferentes regiões num mesmo país. Ou seja, “incentiva a adoção de novos valores que, gradativamente, vão tornando-se universais; diminui as distâncias étnicas, permitindo maior conhecimento dos outros e de seus costumes” (DIAS, 2003, p. 30).

Os motivos que levam as pessoas a praticar o turismo são dos mais variados, desde pessoais, profissionais, lazer, inclusive de saúde. Esses motivos determinam as características de qual território o turista pretende visitar. O Ministério do Turismo resolve então, identificar o turismo a partir dos diferentes segmentos como o caso do etnoturismo, um tipo de turismo que pertence ao segmento do turismo cultural e o Ecoturismo.

A prática do turismo é realizada e desenvolvida em um espaço geográfico, apropriando-se de elementos naturais como a paisagem, rios e cachoeiras. Contudo, o turismo não se relaciona somente com a geografia, mas com outras áreas do conhecimento como a História, Antropologia e Economia, esta relação interdisciplinar do turismo com outras áreas do conhecimento, proporciona ao turista o contato, o conhecimento e a vivência de diversos povos com sua história e cultura.

A Terra Indígena Ponte de Pedra ou Cidade de Pedra como é conhecida, localizada entre os municípios de Campo Novo do Parecis, Diamantino e Nova Maringá – MT, correspondente a uma área equivalente a 17.000 ha.

Este Artigo Científico tem como objetivo geral analisar o potencial do etnoturismo e ecoturismo na Terra Indígena (T.I) Ponte de Pedra ou Cidade de Pedra. Tendo como objetivos específicos em analisar os atrativos existente na região se é adequada para desenvolvimento das atividades turísticas, enfatizar a importância histórica da região e refletir quanto às possibilidades e aproveitamento das belezas naturais existentes na região.

A escolha da T.I Ponte de Pedra para a aplicação desse estudo se deve a iniciativa de algumas aldeias paresi-halíti em inserir o turismo como uma das suas atividades econômicas. O grande problema é que os descendentes dos índios da antiga estação Ponte de Pedra ficaram de certa forma ausente dessa atividade, devido a vários problemas como a incerteza de sua permanência na área e a falta do reconhecimento pelos outros grupos paresi-halíti, por não falarem mais a língua.

A discussão acerca dos povos indígenas e a sua relação com o seu território, apresentaram ao longo dos anos divergências quanto aos critérios do que é ser índio. Para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), eram considerados índios apenas aqueles que viviam em reservas já delimitadas. Contudo, através de alguns critérios baseados na Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004, e no Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) que define, em seu artigo 3º, indígena como: “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional” (Brasil, 1973). A partir desses critérios a Funai adota o princípio do autorreconhecimento e autoidentificação³ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui semelhança leitura do assunto, considerando índio qualquer pessoa que se autodeclarar como tal, mesmo sendo habitante de outra cidade⁴.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece como competência da União de legislar sobre a população indígena, previsto em seu Título VIII, Capítulo VIII e **Art. 231**: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988, art. 231).

Com os objetivos propostos e para um melhor desenvolvimento e compreensão do trabalho, foi utilizado enquanto metodologia o uso de bibliografia documental e a pesquisa de campo, através da observação simples e entrevista semiestruturada.

³ A diversidade étnica baseia-se no autorreconhecimento e na autoidentificação. É índio aquele que se reconhece como tal, e é reconhecido por uma comunidade indígena como seu membro. Clarice Cohn. Tutela nunca mais, Revista da Biblioteca Nacional, ano 8, nº91, abril 2013.

⁴ No censo demográfico de 2010, foi introduzido um conjunto de perguntas específicas para as pessoas que se declararam indígenas, como o povo ou etnia a que pertenciam, línguas indígenas falada, inclusão de um novo recorte geográfico, que foi a localização do domicílio indígena, dentro ou fora de Terras Indígenas já reconhecida pelo governo. O Brasil indígena. Disponível em: <www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/pdf-brasil-ind.pdf>. Acesso em: 22/07/2018.

1.1 Fundamentação teórica

Para melhor compreensão desse trabalho foi necessário ressaltar a importância de alguns conceitos como: potencial turístico, atrativo turístico, recursos turísticos, produto turístico, demanda turística, etnoturismo e ecoturismo.

Alguns desses conceitos apesar de terem definições distintas, acabam se relacionando entre si como os atrativos turísticos e os potenciais. Conforme Ruschmann (1997), o atrativo turístico é definido como todo elemento material com capacidade própria ou em combinação com outros com o propósito de atrair visitantes de uma determinada localidade. Enquanto os potenciais “são aqueles que, possuindo elevado grau de atratividade, por diversos motivos, ainda estão inseridos no mercado turístico e não possuem infraestrutura para atender os visitantes” (RUSCHMANN, 1997, p.142). A autora afirma que os atrativos constituem a base sobre a qual se fundamenta qualquer plano de desenvolvimento turístico a sua avaliação que irá determinar esse potencial.

Assim como é importante que haja uma compreensão do conceito de atrativo turístico o mesmo não deve ser diferente para o conceito de produto turístico. Ruschmann (2000), compreende o produto turístico como um resultado de uma combinação de bens e serviços disponíveis ao consumo do turista. Onde o produto turístico, apesar de compor um todo, pode ser adquirido na sua totalidade ou de forma parcial por parte do turista⁵.

A diferenciação entre atrativo e produto turístico permite uma melhor compreensão com o destino turístico. “Um destino turístico é composto de produtos turísticos, os quais, por sua vez, se estruturam a partir dos recursos ou atrativos existentes no lugar”, Valls (2011, apud, SEBRAE, 2006, p. 26), além disso, remetem a um espaço turístico. Boullón (2002), compreende o espaço turístico como uma consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos, compreendido por ele como a matéria prima para o turismo. O autor afirma que o atrativo turístico, enquanto “elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infraestrutura turística, são suficientes para definir o espaço de qualquer país” (BOULLÓN, 2002, p 79).

Segundo Dias (2003), os recursos são os elementos distribuídos no espaço geográfico, constituindo aquilo que se acertou a chamar de paisagem, identificado como de valor para o uso turístico. À medida que os recursos turísticos “são os elementos de uma localidade que

⁵ Ruschmann (2000 apud SEBRAE, 2011, p.27).

têm potencialidade de tornar-se atrativo turístico”. (DIAS, 2003, p.236). Sendo os recursos divididos em: recursos turísticos naturais e recursos turísticos culturais.

Conforme a definição de Beni, os recursos turísticos naturais “são aqueles elementos da natureza com determinada atração, que motivam as pessoas a sair de seus domicílios e permanece fora dele certo tempo” (BENI, 2001, p.58). Podemos citar como exemplo um dos atrativos naturais na T.I Ponte de Pedra a paisagem, essa entendida por Boullón:

Como uma qualidade estética que os diferentes elementos de um espaço físico adquirem apenas quando o homem surge como observador, animado de uma atitude contemplativa dirigida a captar suas propriedades externas, seu aspecto, seu caráter e outras particularidades que permitam apreciar sua beleza ou feiura. (BOULLÓN, 2002, p. 120-121).

Os recursos turísticos culturais são considerados produto direto das manifestações culturais. “Como não existe uma cultura apenas – já que a cultura pode ser entendida como conjunto de crenças, valores e técnicas para lidar com o meio ambiente, compartilhando entre os contemporâneos e transmitidos de geração a geração”. (BENI, 2001, p.86). Além do mito de origem dos paresi-halíti, memória coletiva e a própria terra indígena Ponte de Pedra enquanto lugar histórico.

Outro elemento de grande importância para o estudo do turismo é a demanda turística, para Dias (2002), a demanda é a procura por um determinado produto ou serviço, na qual procura satisfazer as necessidades humanas de viajar como também a procura por certos destinos. Ainda sobre a procura por certos destinos ou atividades específicas, o autor afirma que “devem ser considerados os fatores como, por exemplo, hospedagem, transporte, entretenimento ou vivência de uma determinada cultura” (DIAS, 2002, p. 78). Ou seja, a demanda está ligada com as necessidades humanas, onde as pessoas viajaram para um local se elas realmente estiverem motivadas.

O Ministério do Turismo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) apresentaram um Relatório Descritivo sobre a Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil – 2013-2017 e o Estudo da Demanda Turística Internacional Brasil – 2017. O Estudo da Demanda Turística Internacional é realizado desde 1983 com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico do turista receptivo internacional, bem como as suas motivações, interesses e comportamento em suas viagens.

A motivação da viagem como aponta o Relatório Descritivo, “constitui uma das principais informações de caracterização dos fluxos turísticos. A maior parte das viagens de turistas internacionais ao Brasil tem o lazer como principal motivo da viagem” (RELATÓRIO

DESCRITIVO, 2013-2017, p. 23).

Principal motivação de viagens a lazer

Principal motivação de viagens a lazer	Ano (%)				
	2013	2014	2015	2016	2017
Sol e Praia	65,9	49,2	69,4	68,8	72,4
Natureza, ecoturismo ou aventura	19,0	12,8	15,7	16,6	16,3
Cultura	11,4	10,3	12,1	9,7	9,0
Esportes	1,8	1,7	1,5	1,3	1,5
Diversão noturna	0,9	0,4	0,6	0,5	0,5
Viagem de incentivo	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1
Outros	0,7	25,4	0,5	3,0	0,2
Lazer relacionado a grandes eventos	-	25,0	-	2,8	-
Outras motivações de lazer	0,7	0,4	0,5	0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil.

De acordo com o relatório, a motivação “natureza, ecoturismo ou aventura” apresentou pequenas variações entre o período observado, com uma diferença de apenas 2,7 pontos percentuais de 2013 para 2017, apesar da baixa representatividade em 2014 (12,8%). As viagens motivadas por cultura também tiveram certa estabilidade ao longo dos últimos cinco anos, mantendo percentual entre 9,0 e 12,1 pontos. Entretanto, é importante destacar que no último ano foi encontrada a menor marca no período analisado (9,0%) para esta motivação de lazer⁶.

2 METODOLOGIA

Para a realização do trabalho, utilizou-se da pesquisa de campo, através da observação. Essa técnica de pesquisa consiste em examinar os fatos, que se pretende investigar, através do uso dos sentidos para a compreensão de determinados aspectos da realidade. O tipo de observação utilizada foi a simples ou não participante, também conhecida como observação passiva, definida por Gil (1999), porém, exige em qualquer circunstância, um mínimo de controle na obtenção dos dados. Apesar de dar ao pesquisador um caráter de expectador, não está isenta de controle e sistematização dos dados, como afirma Gil (1996, p. 101), “a coleta de dados por observação é seguida de um processo de análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização e o controle requerido dos procedimentos científicos”. Com base nessa sistematização a coleta de alguns dados se deu através de entrevista semiestruturada

⁶ RELATÓRIO DESCRITIVO, 2013-2017, p. 24.

organizada com algumas questões referentes ao tema, tais como: *Quais as principais atividades destinadas ao turista? Quais as principais dificuldades identificadas para as atividades turísticas na aldeia? A importância histórica que a T.I Ponte de Pedra tem aos paresi-halíti e Se a comunidade possui algum projeto destinado ao turismo?*

Esse tipo de entrevista acaba permitindo e incentivando algumas vezes o entrevistado a falar sobre assunto livremente, que vão surgindo com desdobramentos do tema principal Gerhardt, Silveira (2009). A coleta desses dados foi realizada com um dos descendentes dos índios da antiga estação telegráfica Ponte de Pedra, fornecendo informações de grande relevância a respeito da herança étnica dos pequenos grupos existentes naquele local. Abrindo uma possível oportunidade para o desenvolvimento do etnoturismo e ecoturismo na região.

Com as informações em mãos, efetuou-se a análise dos dados obtidos com os estudos antropológicos e históricos da antropóloga Maria Fátima Roberto Machado em seus trabalhos científicos: Relatório de identificação sobre a *Estação Parecis: um território expropriado*, 2002 e o Artigo científico *Índio na cidade é índio? Considerações sobre um debate provocante*, apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008. Ambos os trabalhos desenvolvidos acerca da T.I Estação Pareis e Ponte de Pedra. A coleta ocorreu na aldeia Ponte de Pedra, no dia 23 de julho de 2017.

3. NORMATIVA Nº3: Normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas.

3.1 Normativa Nº3/2015

Durante algum tempo já se discutia na Funai a regulamentação de políticas públicas que apoiasse iniciativas indígenas sustentáveis a partir da prática do etnoturismo e de ecoturismo em suas terras. Através do Decreto nº 7.747, de 5 de julho de 2012, onde trata da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI)⁷ teve um papel de extrema importância nos debates sobre o uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas através do:

Apoio às iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos

⁷ Saiba mais sobre a estrutura e funcionamento do projeto na aba “Projeto GATI”, no site <<http://www.funai.gov.br/pngati/>>.

socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades (ENTENDENDO A PNGATI, 2014).

As iniciativas de sustentabilidade são de grandes relevâncias para o etnoturismo e ecoturismo nas terras indígenas, amplamente destacadas pelo Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), instrumento de grande importância na implantação do PNGATI. O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (2013) é definido como instrumento que visa à valorização do patrimônio material e imaterial indígena, além da recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. A valorização do patrimônio e o uso sustentável dos recursos naturais são fundamentais, pois asseguram “a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas” (FUNAI, 2013, p. 7).

Pensando na valorização do patrimônio e o uso dos recursos naturais, a partir da sustentabilidade a Fundação Nacional do Índio, estabelece normas e diretrizes para as atividades de visitação com fins turísticos em Terras Indígenas, regulamentando e estabelecendo normas quanto à visitação em T.I para fins turísticos. Essas normas estão dispostas na Instrução Normativa Nº3/2015, estabelecendo como dever a orientar e resguardar os direitos indígenas, beneficiando-os todos de forma igualitária.

De acordo com a Resolução da Normativa:

Art. 1º Ficam estabelecidas as normas para a visitação com fins turísticos em terras indígenas, de base comunitária e sustentável, nos segmentos de Enoturismo e de Ecoturismo.

Art. 2º São objetivos da visitação com fins turísticos em terras indígenas a valorização e a promoção da sociodiversidade e da biodiversidade, por meio da interação com os povos indígenas, suas culturas materiais, imateriais e o meio ambiente, visando à geração de renda, respeitando-se a privacidade e a intimidade dos indivíduos, das famílias e dos povos indígenas, nos termos por eles estabelecidos.

A normativa além de ser mais um instrumento que propicia a regulamentação das atividades turísticas aos povos indígenas como um meio de sobrevivência, ela permite que os mesmos continuem o seu processo de fortalecimento cultural.

O Art. 4º que trata das diretrizes gerais a serem observadas nos processos de autorização de atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas em seu inciso I, ratifica essa ideia:

I – o respeito e o fortalecimento da identidade, usos, costumes e tradições, bem como da autonomia e das formas de organização próprias dos povos indígenas.

3.2 Etnoturismo e Ecoturismo

A visitação em terras indígenas com fins turísticos como já foi apresentado pela Normativa 03/2015, em seu artigo 2º deixa bem claro que a visitação é uma forma de interação com os povos indígenas, sempre valorizando a cultura material e imaterial e o meio ambiente. Um mal planejamento do turismo pode causar vários impactos negativos, tais como a vulgarização das manifestações culturais, diminuição ou perda da estabilidade social. O índio jamais deve ser visto como uma mera mercadoria. O etnoturismo deve ser entendido como uma troca de experiência.

No que se diz respeito à conceituação de Etnoturismo e Ecoturismo, ambas foram baseadas nas orientações do Ministério do Turismo. Na qual o Etnoturismo: “constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos” (TURISMO CULTURAL, 2010, p.20). Todavia, é necessário que se faça uma breve apresentação do conceito de etnia.

Para o Dicionário de Conceitos Históricos (2009), “etnia seria um conjunto de indivíduos que afirma ter traços culturais comuns, distinguindo-se, assim, de outros grupos culturais”. Ao longo do tempo o conceito incorporou território, língua e tradições. Conceituado no sentido geral como o sentimento de pertencer a determinado grupo com o qual o indivíduo partilha a mesma língua, tradição e território.

Turismo étnico é caracterizado como um tipo de turismo pertencente ao Segmento de Turismo Cultural, “relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.” (TURISMO CULTURAL, 2010, p.10). O conceito de patrimônio cultural foi ampliado pelo art. 216 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), incorporando os chamados bens imateriais. O Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Os bens de natureza material e imaterial incluem: formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico,

paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico⁸. Portanto, tudo que se refere à identidade e a memória de uma sociedade.

Acreditamos que essa conceituação de certa forma se aproxima da que Lévi- Strauss em seu livro *Antropologia Estrutural* ao definir o conceito de cultura como um conjunto complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, lei, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade⁹. Podemos entender a cultura como um conjunto de crenças, valores, costumes, conhecimentos, inclusive hábitos que foram construídos ao longo do tempo pelos seres humanos em diferentes épocas e espaços.

Em se tratando de Brasil o conceito e a prática de Etnoturismo é algo novo, pouco explorado no turismo brasileiro. A ideia do turismo étnico é fazer com que os visitantes vivenciem o máximo possível os costumes e a cultura de determinados povos indígenas, através do contato direto. Em contrapartida, de acordo Dias (2002), proporciona as comunidades um sentimento de renovação e orgulho cultural, fortalecendo suas identidades. É importante ressaltar nesse sentido que:

“As comunidades são as protagonistas dos produtos neste tipo de turismo, mas nem sempre elas estão preparadas para a atividade turística, o que exige um exercício de envolvimento e sensibilização. Em muitos casos, é necessário o trabalho de identificação e resgate de sua identidade, de suas tradições e formas de expressão; e coletivamente é construído o produto turístico, o que e como mostrar” (TURISMO CULTURAL, 2010, p. 21).

O conceito de ecoturismo, se refere a forma que os seres humanos se interage com a natureza, ou seja, “utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.” (ECOTURISMO, 2010, p.17).

Ao analisar o conceito de ecoturismo, nota-se uma certa similiaridade com o etnoturismo, principalmente no que se refere na conservação do patrimônio cultural e natural. Neste caso as comunidades indígenas estão diretamente inseridas nesse processo que envolve tanto a conservação cultural quanto ambiental. Sobre a questão ambiental, boa parte das terras conservadas situam-se em áreas indígenas. Destaca-se que, atualmente, a superfície total das terras indígenas com limites definidos corresponde a 12,64% do território nacional. Imagens

⁸ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Disponível em: <endereço eletrônico ou site> Acesso em: 07/07/2018.

⁹ LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, P. 396.

de satélite na Amazônia mostram o quanto as Terras Indígenas estão conservadas frente à expansão da fronteira econômica e ao desmatamento, reforçando seu papel estratégico na conservação da biodiversidade e na manutenção de funções ecossistêmicas.¹⁰

3.3 Características da área de estudo

A Chapada dos Parecis, no Noroeste do Mato Grosso, é constituinte do divisor das bacias amazônica e platina, e identifica geograficamente a região do rio *Sakuriu winã*, onde há a Ponte de Pedra, o lugar de origem do povo halíti (REGINA, 2011, p. 1.). É no rio *Sakuriu winã*, que se encontra o lugar da origem mítica dos haliti, é onde “Rondon instalou a estação telegráfica de “Ponte de Pedra”, a segunda nas terras dos índios [...]”. (MACHADO, 2008, p. 07). A definição de lugar se refere a muito mais que um espaço delimitado como nos informa a definição apresentada pelo Iphan.

A categoria Lugar se consolidou como forma de compreender um referencial cultural especializado, cujo valor não se concentra estritamente em seus aspectos construtivos ou históricos. Desse modo, a categoria diz respeito a um recorte espacial dotado de significação cultural e social expressas no tempo presente por meio da relação que pessoas e grupos estabelecem com ele (TEIXEIRA, DICIONÁRIO IPHAN, 2015).

O Decreto nº 3.551, de 2000, permitiu ao patrimônio histórico ampliar sua área de atuação na proteção e valorização dos bens culturais, através de novas categorias como o de *lugar*. O Decreto nº 3.551, Art. I, §1: IV, determina em seu Livro de Registro dos Lugares, onde “*serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas*”.

Durante séculos a Terra Indígena Ponte Pedra estava sendo explorada indiscriminadamente. No século XVIII, pelos bandeirantes, entre os finais do século XIX e início do século XX, pelos seringueiros vindos do nordeste do país e durante a década de 50, por fazendeiros invasores, intensificada cada vez mais entre os anos 60 e 70¹¹. Com tanta violência e invasão as suas terras, através de uma Ação Civil Pública em dezembro de 2007 a justiça federal resolveu acatar o pedido do Ministério Público Federal com objetivo de

¹⁰ Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração. – Brasília: FUNAI, 2013.

¹¹ Para maiores informações, consultar Relatório Complementar de identificação e Delimitação da T. I. “Estação Parecis” (Decreto nº 1775).

resguardar a posse da terra ocupada tradicionalmente pelos índios, pedindo a retirada imediata dos ocupantes¹².

As Terra Indígena (T.I) de acordo com a Funai é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada¹³.

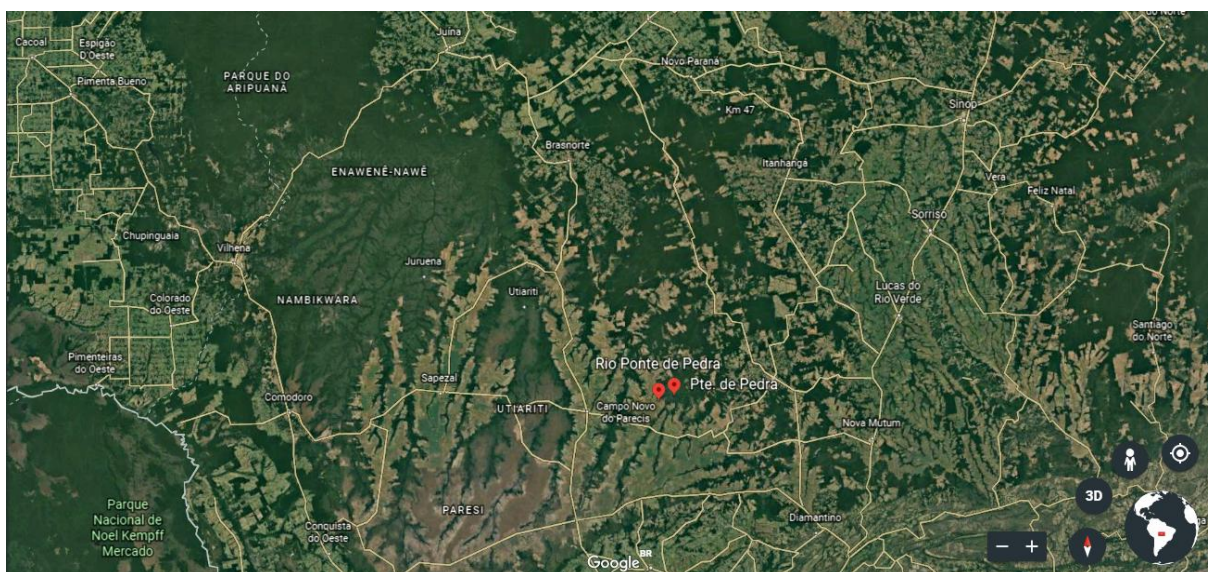


Figura 1: Terra Indígena Ponte de Pedra e Rio Ponte de Pedra. Fonte: Google Earth, 2018.

A Terra Indígena Ponte de Pedra, corresponde cerca de 17.000 hectares de terra, localizada nos municípios de Campo Novo do Parecis, Diamantino e Nova Maringá - MT. De acordo com Funai, essa terra indígena é considerada Declarada e Tradicionalmente ocupada. Ou seja, as terras declaradas são as que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento. Enquanto tradicionalmente ocupada correspondem as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96. Conforme a Funai: “O processo de demarcação, regulamentado pelo

¹² Ministério Público Federal. Liminar proíbe exploração da terra indígena paresi. Disponível em <<http://www.prmt.mpf.mp.br/noticias/Liminar%20proibe%20exploracao%20da%20terra%20indigena%20paresi#.W0FtDtkJIV>> Acesso em: 07/07/2018.

¹³ Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-32>>. Acesso em : 22/07/2018.

Decreto nº 1775/96, é o meio administrativo para identificar e sinalizar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas”. Cabe ao Poder Executivo através desse decreto fazer a regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas.

3.4 Os potenciais de etnoturismo e ecoturismo na região

A base para o desenvolvimento do etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas, depende de vários fatores como a aceitação por parte da comunidade tradicional no interesse de desenvolver o turismo em suas terras. Apesar das dificuldades que se encontram, os descendentes da antiga estação telegráfica Ponte de Pedra, continuam receptivos ao turismo em suas terras.

A comunidade entende que o turismo é uma das alternativas viáveis e econômica para a permanência em seu território. Contudo, antes de pensar na estruturação do turismo na região, precisa-se inicialmente de uma identificação e avaliação dos atrativos existentes. São os atrativos que motivam o turista a conhecê-los. Por isso a importância de “identificar e avaliar se na região existem atrativos culturais significativos, efetivos ou potenciais, que possam motivar o deslocamento do turista especialmente para conhecê-lo” (TURISMO CULTURAL, 2010, p.53).

A T.I Ponte de Pedra apresenta alguns atrativos que possibilita o desenvolvimento para a prática do turismo. Através da visita técnica e da entrevista realizada com um dos membros da comunidade a respeito da região, podemos avaliar os atrativos existentes na localidade.

3.5 Etnoturismo

A prática do etnoturismo depende da identificação e avaliação dos atrativos culturais com potencial existentes. Sendo assim, considera-se como atrativos em potencial para o etnoturismo na aldeia Ponte de Pedra: o mito, a memória coletiva, e a história.

O mito

A respeito do mito de origem é importante ressaltar que ele é um dos fundamentos que constituirão a memória coletiva. A construção da cultura halíti é construída e expressa nos seus mitos, elas ultrapassam não somente o passado e presente se fortalecem de modo que possa ser passada para as gerações futuras. Como já havia sido dito e reforçado pela

antropóloga Machado (2008), o lugar de origem dos halítis se encontra as margens do rio *Sakore winã*, onde Rondon instalou a segunda estação telegráfica de “Ponte de Pedra”, aproximadamente a 90 quilômetros da primeira delas, construída nas margens do Córrego *Wazuliatiá* (ou Córrego Cágado), a estação “Parecis”. O mito de origem é um dos fundamentos onde as memórias coletivas dos povos halítis se apoiam e se fortalecem.



Figura 2: Fenda sobre o mito de origem dos halítis (Éder José da Silva Barros/Arquivo pessoal).

A origem do mito dos halítis é contada pelo etnólogo alemão Max Schmidt (1943, apud, MACHADO, 2008, P.6) “no início do século XX, um grupo de sibling, ainda não totalmente humanos, rompeu as fendas das rochas existentes no Rio *Sakuriu winã* (ou Sucuruína ou Ponte de Pedra, um tributário do Rio Arinos) e descobriu o mundo – os rios, os pássaros, as árvores, que foram sendo nomeados pelo irmão mais velho – **Wazáre** – que saiu primeiro e orientou a saída dos outros: *Kamazo*, *Zakalo*, *Zaloia*, *Zaolore*, *Kono*, *Tahóe* e *Kamayrie*, instalando-os em seus próprios territórios e fazendo ali crescer a sua gente, quando atingiram plenamente a forma de gente, perdendo os longos pêlos negros e as membranas entre os braços e as pernas. Assim nasceram os grupos endogâmicos: os **Kozárini**, filhos de *Kamazo*, os **Kaxíniti**, filhos de *Zaolore*, os **Warére**, filhos de *Kono*, os **Kawali**, filhos de *Tahóe*, e os **Wáimare**, filhos de dois irmãos, *Zakalo* e *Zaloia*, ambos casados com uma mesma mulher. *Wazáre* e *Kamayhie* não deixaram filhos”.

Ao analisar o mito de origem dos halítis, podemos considerá-lo como um atrativo em potencial. De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial essa ratificada pelo Brasil em 2006 o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade “é

composto pelas práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu Patrimônio Cultural”. O Patrimônio Cultural Imaterial além de ser transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelos grupos e comunidades em função do seu ambiente e da sua interação com a natureza e história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, colaborando para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana¹⁴. Considerando que os atrativos turísticos são locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Podendo ser classificado como cultural (MTUR, 2007, p.27).

Memória Coletiva

É importante entender que a memória e a história possuem significados diferentes, como afirma Nora “*Entre memória e história*” (1993) a História é uma reconstrução sempre emblemática, incompleta daquilo que não existe mais, uma representação do passado, demanda de análise e discurso crítico, opera na intelectualidade e laicizante. A memória é um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente, à memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções, a memória instala a lembrança no sagrado.

Sobre a memória coletiva Barros (2009) afirma que a memória não pode ser concebida apenas como um processo de registro dos acontecimentos e das experiências humanas deve ser compreendido como a construção de referenciais sobre o passado e presente dos diversos grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições intimamente associados a mudanças culturais. Para o historiador Pedro Paulo Funari: “A memória é uma recriação constante do presente, do passado, enquanto representação, enquanto imagem impressa na mente” (FUNARI, 2003, p.16).

Mesmo com a usurpação dos seus territórios através da invasão com uso da violência e epidemias trazidas pelos não índios, permaneceram firmes, devido ao vínculo forte com seu

¹⁴ Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Site: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/71>

território sagrado, um “lugar de memória”¹⁵. Memória que é revivida a todo o momento ao tratar do mito de origem e a suas relações com Rondon. E como não falar da Cidade de Pedra, um lugar sagrado para os paresi-halíti, local onde acreditam que a almas dos seus ancestrais estão presas nas rochas.



Figura 3: Cidade de Pedra, “terra dos mortos” (Foto: João Ricardo Bispo/Arquivo pessoal).

Mesmos outros grupos halíti que possuem terras em outras localidades sabem da importância que a terra indígena Ponte de Pedra tem na compreensão no papel da memória na vida de todos os halítis. É um dos elementos que permite a proximidade que cada geração estabelece com a outra, das raízes culturais e históricas que os caracterizam. Essas poucas famílias de forma corajosa continuam lutando pela preservação e manutenção da memória. A T.I Ponte de Pedra o mito de criação dos halítis e o conviveu que tiveram com Comissão Rondon, alimentam e fortalecem as suas memórias coletivas.

A Comissão Rondon

A importância histórica do local é indiscutível. A história possui uma relação muito próxima com a memória, o que acaba sendo fundamental na constituição da identidade individual e principalmente coletiva. No campo das Ciências sociais “a identidade se

¹⁵ Le Goff, faz uma exemplificação de lugares de memória: “Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história”(Le Goff, 1990, p. 473).

relaciona com a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e do seu pertencimento e sua afiliação a grupos” (BRANDÃO, 2015).

Em meados do século XX, o país que se tornara uma recentemente república, buscava ampliar sua autoridade em terras inexploradas do território. Daí a importância de existir uma comunicação rápida entre as diversas regiões do país. Nesse sentido, destaca-se o papel fundamental da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas na garantia dessa comunicação mais rápida entre a capital Rio de Janeiro e as diversas regiões do país.

É importante destacar a estratégia que as linhas telegráficas tinham na consolidação das fronteiras entre Mato Grosso, Bolívia e Paraguai. Como afirma Machado apud SIQUEIRA, (2002, p.167) “Idealizada depois da guerra do Paraguai (1865-70), foi executada pela Comissão Rondon como uma estratégia militar de consolidação das fronteiras, quando Mato Grosso entrava no comércio internacional da borracha”. O projeto era uma idealização desde o Brasil Império, mas a sua realização ocorre durante a Primeira República.

Durante o governo do então presidente da época Affonso Penna (1906-1909), foi criado a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, para isso foi designado o mimoseano Cândido Mariano da Silva Rondon, onde o mesmo já havia prestado um bom serviço erguendo 17 estações telegráficas entre os anos de 1900 e 1906 SIQUEIRA (2002). Rondon então passa a assumir os trabalhos de implantação das redes Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas em 1907 a 1915, onde ficou conhecida por “Comissão Rondon”.



Figura 4: Ariti-Ati ; aldeia no Sacuriú-iná-suê – Expedição de 1907.

Utilizando mão de obra indígena na implantação das redes Telegráficas com destaque para a etnia Halíti, conhecida como Paresi¹⁶, os mesmos tiveram contatos muito próximos a Rondon. Aqui vale destacar que os halítis são divididos em grupos endogâmicos: *Kaxíniti*, *Wáimare*, *Kozárini*, *Warére* e *Káwali*, sendo que dois deles se destacaram e ficaram conhecidos como “índios de Rondon”, os *Wáimare* e os *Kaxínitis*. A relação entre esses dois grupos e as linhas telegráficas foram bastante próximas, sendo a principal mão de obra das estações.

Ao estabelecer uma estação, ele demarcava uma área para a sua sede, sempre se apropriando do terreno das próprias aldeias, o que facilitava a utilização dos índios como mão de obra. Em suas palavras, eram uma alternativa “mais justa” do que a vida nos seringais. Sendo assim, desde 1908, ele empregou os *Kaxíniti* e os *Wáimare* na manutenção do telégrafo (MACHADO, 2008, p. 8).

De formação positivista¹⁷ Rondon acreditava fielmente que os índios tinham que ser integrados dentro da sociedade civilizada. O telégrafo passava a sensação ou uma suposta representação de um modelo de civilização e modernidade. Como reforça Arruda apud FERREIRA, (2007, p. 39), “ferrovias, estradas telégrafos, mapeamentos, urbanização, civilização, modernização são termos corolários deste processo”. O sertão ainda era uma região bastante desconhecida do resto do território, Ferreira (2007, p. 38-39) “[...] descrito como algo desprovido de vida intelectual para ali atuarem e transformarem esses espaços impondo, também aos seus moradores novas concepções de tempo, propriedade e trabalho”.

Contudo, Rondon possuía uma visão humanista dentro do próprio positivismo. Era neto de índio e durante a expansão dos telégrafos essa sensibilidade coloca-se de frente com os indígenas. De acordo com Machado (2002, p. 7) “os Paresi foram particularmente importantes na vida profissional e no humanitarismo de Rondon. Eles têm uma presença marcante em muitos dos seus discursos”.

De fato que logo após o término da construção das linhas telegráficas, restou aos índios a incumbência da sua manutenção. Eram muito zelosos e inteligentes como afirma Rondon em seu depoimento: “São eles que fazem a limpeza do picadão, reparam os pontilhões e estivados, manejam as balsas de travessia dos rios caudalosos e operam como guarda-fios” (MISSÃO RONDON, 1916, p. 164). Existia é claro uma lógica para tudo isso,

¹⁶ O nome Paresi nunca teve qualquer significado para eles e surgiu como uma designação dada pelos não índios – os *imóti* ou *imuti*, os “civilizados” na língua *haliti* – desde o século XVIII (Machado, 2002, p. 8).

¹⁷ O idealizador do pensamento positivista foi o francês Augusto Comte. O pensamento positivista no Brasil ganha força próximo ao advento da república. As novas ideias chegavam ao Brasil, pautadas no pensamento científico, ou pelo menos, com o que se acreditava ser ciência. A própria política funcionaria e seria regulada e controlada de maneira científica.

pois o trabalhador comum dificilmente teria condições física e mental para sobreviver na selva, (SIQUEIRA 2002). As poucas famílias descendentes dos índios que trabalharam na antiga estação telegráfica Ponte de Pedra permaneceram no local sabendo da sua importância histórica. Um sítio histórico que guarda algumas ruínas do que foi a antiga estação Ponte de Pedra.

Acreditamos que aldeia Ponte de Pedra possui um grande potencial para o etnoturismo, devido à memória e a história do local que são constantemente revividas pelos antigos e repassadas aos mais jovens. Contadas a partir do mito de criação dos halítis, onde uma ponte de pedra esculpida naturalmente pelas águas do rio *Sakuriu winã* e nas proximidades recobertas por gravuras rupestres, tombadas como sítio arqueológico pelo IPHAN¹⁸ e das ruínas da época da Comissão Rondon. É nessa perspectiva, assim como na memória que a História deve ser compreendida como um instrumento de grande eficácia na formação das gerações mais consciente.

Ecoturismo

Um dos termos e expressão que deram à luz ao conceito de ecoturismo expresso nas orientações básicas do Mtur (2010) pressupõe que o turismo promova uma reflexão e integração do homem e ambiente, através de uma inter-relação de vivência com o ecossistema, costumes e a história do local.

Na T.I Ponte de Pedra, a paisagem se apresenta como importante recurso em potencial, apresentando “aspectos cênicos da natureza, compreendendo todos os locais, onde as características geográficas e mesológicas, combinadas, constituem o principal fator de atração, (BENI, 2001, p.422)”. Além de ser um recurso por excelência, “é um importante elemento na caracterização do segmento, pois são os locais preservados ou conservados e sua atmosfera que compõem o cerne da motivação dos turistas” (ECOTURISMO, 2010, p.22). Nesse sentido as Orientações (2010) ressalta a importância das estruturas, equipamentos e serviços adequados para a prática do ecoturismo, buscando assim minimizar impactos na paisagem.

¹⁸ Análise Pericial Antropológica e Arqueológica Ponte de Pedra ou Sakuriu Winã. 1999. O relatório compõe-se de duas partes a primeira, trata-se da investigação antropológica realizada pela técnica/perícia/antropóloga, Jacira Monteiro de Assis Bulhões. Na segunda parte, coube a investigação arqueológica realizada pela pesquisadora, arqueóloga do IPHAN, Maria Clara Migliácio. Arquivo do IPHAN.



Figura 5: Cidade de Pedra (Éder José da Silva Barros/Arquivo pessoal).



Figura 6 : Ponte de Pedra. (Foto: João Ricardo Bispo/Arquivo pessoal).

A T.I Ponte de Pedra possui uma beleza exuberante, rodeada por lindas matas margeando o imponente e caudaloso Rio *Sakuriu winã*, além das trilhas que dão acesso as belíssimas cachoeiras Pata de Onça e Ponte de Pedra. Esses atrativos permitem que o turista interaja com o ambiente, podendo ocorrer das mais variadas maneiras no âmbito do ecoturismo, como é apresentado nas Orientações Básicas para o Ecoturismo¹⁹:

¹⁹ Disponível em: ECOTURISMO, 2010, p.28-30

Observação de fauna (*Aves – atividade conhecida como birdwatching, demanda equipamentos específicos, cujo uso não é imprescindível, mas facilita e aumenta o aproveitamento da atividade*); **Observação de flora** (*Permite compreender a diversidade dos elementos da flora, sua forma de distribuição e as paisagens que compõem um bioma, devendo estar associada às possibilidades de interação com a fauna silvestre existente na localidade e região*); **Observação de formações geológicas** (*Atividade ainda tímida no País que consiste geralmente em caminhada por área com características geológicas peculiares e que oferecem condições para discussão da origem dos ambientes [...]*); **Mergulho livre** (*Mergulho no mar, rios, lagos ou cavernas com o uso de máscara, snorkel e nadadeiras, sem equipamentos autônomos para respiração.*); **Caminhadas** (*Percursos a pé em itinerário predefinido. Existem caminhadas de um ou mais dias com a necessidade de carregar parte dos equipamentos para pernoite em acampamentos ou utilizando meios de hospedagem, em pousadas ou casas de família.*); **Trilhas interpretativas**, (*As trilhas podem ser um dos principais atrativos de uma localidade, mas em função da quantidade de informações disponíveis no ambiente, faz-se necessário identificar locais de maior potencial de atratividade ao visitante, para que este possa ter ampliado sua satisfação e interesse nos momentos de interatividade.*); **Safáris fotográficos** (*Itinerários organizados para fotografar paisagens singulares ou animais que podem ser feitos a pé ou com a utilização de um meio de transporte*).



Figura 7: Ponte de Pedra. (Foto: João Ricardo Bispo/Arquivo pessoal).



Figura 8: Ponte de Pedra. (Foto: João Ricardo Bispo/Arquivo pessoal).



Figura 9: Cachoeira Pata da Onça (Éder José da Silva Barros/Arquivo pessoal).

Algumas dessas atividades apresentadas para o ecoturismo na T.I Ponte de Pedra devem seguir propostas conservacionistas, seguido de uma estrutura responsável e “ofertadas de acordo com normas e certificações de qualidade e de segurança de padrões reconhecidos internacionalmente” (MTUR, 2010, p.26). As atividades que envolvem o turismo de aventura devem seguir normas para seu uso como determina a Associação Brasileira de Normas

Técnicas (ABNT) ²⁰, exemplos: os Serviços de Mergulho Recreativo ou até mesmo o Turismo com atividades de caminhada.

Além das Normas Técnicas, o estudo da capacidade de carga turística é fundamental para o desenvolvimento do turismo na localidade. Segundo Ruschmann (1997) o desenvolvimento do turismo rápido e descontrolado nas localidades com recursos naturais de beleza exuberante tende a descaracterizar a paisagem, fazendo que a atratividade perca as características de origem. A autora compreende que a capacidade de carga de um recurso turístico “compreende o número máximo de visitantes (por dia/mês/ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações nos meios físico e social” Boo (1990 apud RUSCHMANN, 1993, P. 116).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Algumas aldeias abriram as portas para o turismo, oferecendo aos visitantes a oportunidade de vivenciar a cultura indígena. Exemplo da Aldeia Wazáre, localizada a 65 km de Campo Novo do Parecis – MT e projetada para a visita do turista. Cada vez mais as comunidades indígenas buscam no turismo uma alternativa na geração de renda.

A T.I Ponte de Pedra na Chapada dos Parecis é considerada um território sagrado a todos os paresi-halíti, mas devido à ocupação exarcebada de poceiros, violência e as doenças, fizeram com que os seus números diminuíssem drasticamente, forçando alguns a procurar refúgios nas cidades ou em fazendas próximas. Atualmente, na T.I Ponte de Pedra encontram-se pequenos grupos familiares que descendem dos antigos índios que trabalharam na estação telegráfica Ponte de Pedra durante a Comissão Rondon.

Conforme os aspectos metodológicos abordados no trabalho como a coleta de dados através da observação simples, entrevista semiestruturada e os estudos antropológicos e históricos, apesar das limitações impostas durante a entrevista, limitada somente a um dos descendentes dos índios da antiga estação telegráfica Ponte de Pedra, contudo, possibilitou grandes reflexões acerca do potencial de etnoturismo e ecoturismo na T.I Ponte de Pedra ou Cidade de Pedra, como também é conhecida.

A partir dos aspectos abordado na metodologia, será realizado a seguir uma análise resumida da entrevista realizada com um dos descendente da T.I Ponte de Pedra. Deixando

²⁰ Para consultar as Normas Técnicas de Turismo de Aventura, acesse <http://www.abntcatalogo.com.br/mtur>.

expressar livremente sobre a importância do local, proporcionando refletir sobre algumas questões referentes aos atrativos em potencial, importante histórica do local, se existe algum projeto destinado ao turismo e os seus.

Quando perguntado a respeito dos atrativos existentes na T.I:

“Aqui dá pra fazer cachoeira à trilha, aqui para cima onde tem as cachoeiras onde você conheceu, e aqui para baixo onde falo para vocês que tenha pesca, a Cidade de Pedra e Ponte de Pedra, dá para fazer prática de rafting, rapel, mergulho”. Tem meu primo que é o guia só que hoje não precisou porque o [...] veio, ele que acompanha os turistas na trilha”.

Práticas como rating, rapel e mergulho, exigem Normas Técnicas para Condutores do Turismo de Aventura como afirma a Norma ABNT NBR 15285 que trata do Turismo de Aventura – Condutores – Competências de pessoal: Estabelece resultados esperados e competências mínimas para condutores de Turismo de Aventura, independentemente do tipo de atividade praticada.

O descendente da aldeia Ponte de Pedra, fez questão de dizer durante a entrevista que uma das principais atividades destinadas ao turista é ***“a cidade de pedra e a Ponte de Pedra”***. Contudo, para exercer a função de guia de turismo é preciso estar de acordo com a PORTARIA Nº27, DE 30 DE JANEIRO DE 2014, que estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo e dá outras providências. Porém, durante a visita, observou-se que a pessoa próxima a o descendente (‘parente’) exerce mais uma função de condutor de visitantes, o que não pode ser confundido com a função de guia de turismo, conforme especificado no **Art. 8** dessa portaria.

Entretanto, o mesmo artigo em seu § 1º, afirma que nos termos da legislação pertinente, considera-se condutor de visitantes em unidades de conservação o profissional que recebe capacitação específica para atuar em determinada unidade, cadastrado no órgão gestor, e com a atribuição de conduzir visitantes em espaços naturais e/ou áreas legalmente protegidas, apresentando conhecimentos ecológicos vivenciais, específicos da localidade em que atua, estando permitido conduzir apenas nos limites desta área. Provavelmente essa pessoa não possui essa formação específica estabelecida nesse parágrafo do artigo. Mas, pelo tempo que se encontra na região, acreditamos que possui algum conhecimento a cerca da fauna e flora.

Sobre as principais dificuldades identificadas para as atividades turísticas na aldeia:

“Não temos direito à propriedade, a gente não tem devido à demarcação de terra, Porque esse dinheiro do pedágio poderia servir para montar a estrutura. Eles alegam (ou-

tras aldeia) que a nossa terra não está demarcada, por isso não recebemos o dinheiro do pedágio”.

De acordo com a Funai, a T.I Ponte de Pedra, corresponde cerca de 17.000 hectares de terra declarada e tradicionalmente ocupada. Em 2007, a justiça federal concedeu uma liminar resguardando à posse da terra ocupada tradicionalmente pelos índios. A regularização ocorre quando as terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União. Apesar da incerteza, a demarcação da T.I Ponte de Pedra é uma questão de tempo, pois se trata de um território sagrado a todos os paresi-halíti como apontaram os estudos realizados na região. Quanto o dinheiro do pedágio, nota-se que se uma parte fosse direcionado a aldeia Ponte de Pedra, seria investido na estrutura do local para o recebimento dos turistas.

A importância histórica que a T.I Ponte de Pedra tem aos paresi-halíti:

“Estamos um pouco esquecidos, eles (outros grupos indígenas) não vem aqui por ser um lugar histórico, muito importante para os Paresi. Eles abandonaram esse lugar, se não fosse a gente retomar e vir e brigar esse lugar nem existia mais”.

A fala expressa um descontentamento no sentido do abandono por parte dos outros grupos paresis, e até mesmo pelas autoridades, mas ao mesmo tempo reforça a importância histórica da Ponte de Pedra, das linhas telegráficas da Comissão Rondon, e como os seus antepassados contribuíram para a consolidação do território brasileiro, por mais que contribuíssem e se dedicassem não foi o suficiente para a permanência em seu território, sendo expulsos pela cobiça dos não índios, por não acharem merecedores de suas terras. A importância histórica deve ser compreendida como algo que conscientize e reforce os laços, pois além de ser um lugar de relevância histórica é um lugar de memória e identidade aos paresi-halíti.

Indagado se comunidade possui algum projeto destinado ao turismo, responde:

“Eu até tinha um projeto para trabalhar com turismo”, para fazer a gente tem que ter um recurso para comprar equipamentos. É igual aqui, dá para fazer prática de rafting, rapel, mergulho. Só que a gente não tem ajuda.

Mesmo sem o apoio devido, fez questão de apontar o apoio do pessoal do turismo de Campo dos Parecis:

“Tenho apoio do pessoal do turismo de Campo Novo que sempre estão ajudando a gente, divulgando e trazendo pessoal, porque eles veem a situação da gente, a gente está

aqui mas por recursos próprios então eles vem aqui ajudam; o [...] sempre está trazendo turista ele gosta muito do meu tio”.

O turismo é uma prática bem vista na Ponte de Pedra, como já foi exposto pelo membro da comunidade durante a entrevista. Sua fala expõe claramente a falta de incentivo por parte dos órgãos governamentais e o sentimento de abandono por parte de outros paresi-halíti que possuem terras indígenas em outras localidades. Contudo, apesar dos entraves ocasionados pela falta de apoio, procuraram estreitar os vínculos com o território, e uma das formas que tiveram foi com a criação de uma Associação em prol a Ponte de Pedra, acreditando que o turismo em seu território com belezas naturais e uma rica história possa ser uma das alternativas viáveis para a sobrevivência da comunidade.

A partir das análise dos atrativos culturais (mito, memória coletiva a história) e naturais (paisagem, trilhas, cachoeiras), disponiveis na terra indígena Ponte de Pedra, pode-se notar um grande potencial para o etnoturismo e ecoturismo. Entretanto, para que haja o desenvolvimento correto e o mais sustentável possível é importante que ocorra parcerias entre a comunidade tradicional, governo, ONGs e Instituições de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar o potencial do etnoturismo e ecoturismo na T.I Ponte de Pedra, procurando apresentar o turismo como alternativa econômica aos problemas enfrentados pelos descendentes dos índios, que trabalharam na antiga estação telegráfica Ponte de Pedra durante a Comissão Rondon. Daí a importância em exaltar os atrativos presentes na localidade como: a cultura, identidade, história, memória, mito, paisagens, trilhas e cachoeiras.

Os pequenos grupos que permanecem no local acreditam que o turismo possa ser uma alternativa viável para amenizar os impactos sofridos ao longo dos anos. Contudo, eles têm a consciência de que precisam reforçar os vínculos com outros paresi-halíti. E uma das formas que o grupo entende é a recuperação da língua aruak. Para o grupo a língua é um dos elementos importante na propagação da cultura.

Contudo, a terra indígena Ponte de Pedra apresenta um potencial para o etnoturismo por se apresentar como um lugar histórico e de memória para todos os paresi-halíti. Ela é o símbolo da cultura de todos os grupos halíti, uma herança que deve ser passada de geração para geração. É um lugar que confere identidade aos grupos, um sentimento de pertencimento

e de continuidade histórica. Eles entendem a necessidade da preservação e lutam para que as gerações futuras compreendam os desafios a partir do momento que resolveram abraçar e se identificar como parte de um grupo. A preservação do patrimônio cultural assegura a continuidade das manifestações culturais.

Em relação ao ecoturismo o lugar está repleto de belezas naturais como o rio *Sakuriu winã*, com suas águas cristalinas com tom de azul, paisagens belíssimas e trilhas que dão acesso a cachoeiras de tirar o fôlego.

Através do resultado da pesquisa realizada na região este artigo buscou analisar os potenciais de etnoturismo e ecoturismo na Terra Indígena Ponte de Pedra. A pesquisa buscou a todo o momento destacar os atrativos existentes na região se o mesmo é adequado para desenvolvimento das atividades turísticas, ressaltando a importância histórica da região e refletindo quanto às possibilidades e aproveitamento das belezas naturais existentes na região. Durante a pesquisa foi possível perceber que a aldeia Ponte de Pedra e os membros da comunidade que nela vivem, estão abertos à prática do turismo, sendo basicamente a única renda que possuem.

É importante que haja políticas públicas que incentive o turismo na localidade, fornecendo linhas de créditos para investimento na infraestrutura, parcerias com Universidades, Institutos, Ministério do Turismo, Secretarias de Turismo, Funai, Ongs e na organização de palestras e oficinas para a comunidade, mostrando que a localidade possui forte potencial para o etnoturismo e ecoturismo, estimulando-os a desenvolver.

Os poucos remanescentes que continuam na Ponte de Pedra compreendem o quanto importante o local é para todos os halítis, um lugar de memória e de grande importância histórica como foi afirmado ao longo desse trabalho. As poucas famílias aceitaram o desafio de permanecerem no local por mais conflituoso e desgastante que fosse, tendo suas terras invadidas por seringueiros e principalmente por fazendeiros ao longo dos anos. Mesmo assim permaneceram firmes, apesar das adversidades.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: Informação e documentação - Resumo - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014. Acesso em: 17/07/2018.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. São Paulo: SENAC, 2002.

BRANDÃO, Joseane Paiva Macedo. Identidade. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

BOULLÓN, Roberto. C. Planejamento do espaço turístico. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 21 de dezembro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm>. Acesso em: 22/07/2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Cultural: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 96p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil – 2013-2017. Relatório Descritivo. São Paulo - SP, 2018. Disponível em: <<http://www.dadosofatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional.html>>. Acesso em: 11/09/2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. Estudo da Demanda Turística Internacional Brasil – 2017. Estrutura de Pesquisa e Resultados do Turismo Receptivo. Brasília, 2018. . Disponível em: <

<http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional.html>>. Acesso em: 11/09/2018.

COHN, Clarice. Tutela nunca mais, Revista da Biblioteca Nacional, ano 8, nº91, abril 2013.

DIAS, Reinaldo. Sociologia do turismo. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo, AGUIAR, Marina Rodrigues. Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições. Campinas, SP: Editora Alinea, 2002.

FERREIRA, Mirian Rejane Guimarães. Os Trabalhadores da Comissão Rondon: Violência, esquecimento e silêncio nos caminhos do telégrafo. (1907-1915). Dissertação (mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, p. 230, 2007.

FUNAI-Fundação Nacional do Índio. Instrução Normativa. Nº3 1 de junho de 2015. Disponível em: <endereço eletrônico ou *site*>. Acesso em: 19/06/2018.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO AMBIENTAL. (Org.). Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração. – Brasília: FUNAI, 2013. 20p. Ilust. Acesso em: 17/07/2018.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MACHADO, M. F.Roberto. “Estação Parecis: um território expropriado”. Fórum: Indigenismo e Antropologia da Ação: 25 anos identificando terras indígenas. Cuiabá, 1 de Agosto, 2002.

MACHADO, M. F.Roberto. Associação Brasileira de Antropologia. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. GT 34 – Povos Indígenas: Dinâmica Territorial e Contextos Urbanos, 2008.

Ministério Público Federal. Liminar proíbe exploração da terra indígena paresi. Disponível em<<https://www.prf.mp.br/noticias/Liminar%20proibe%20exploracao%20da%20terra%20indigena%20paresi#.W0FtDtJKjIV>> Acesso em: 07/07/2018.

MISSÃO RONDON. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do coronel de engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915. Publicados em artigos no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1915. Disponível em<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1077/662437.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 11/08/2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração. – Brasília: FUNAI, 2013.

RUSCHMANN, D.V.M. Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente/Doris Van de Meene Ruschman.- Campinas, SP: Papirus, 1997.

SANTOS, Rudinei Maria;SELUCHINESK, Rosane Rosa Duarte. Estação Parecis: Território de Fronteiras e Memórias. Revista Humanidades e Inovação v.4, n. 3 – 2017. Disponível em: < <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/344>. Acesso em: 05 jul. 2018.

SEBRAE. Estudo de Competitividade de Produtos Turísticos / Organizador BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros. – Brasília, DF: 2011. 56 p. Publicado em parceria com o Ministério do Turismo e FGV. Inclui bibliografia. ISBN: 978-85-7333-577-4.

SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos/Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais / Elizabeth Madureira Siqueira. – Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOARES, Joélcio Gonçalves; CARDOZO, Poliana Fabíula. Metodologia para aferimento de potencialidade turística: um estudo de caso. Revista Espaço Acadêmico - Nº128 - Janeiro de 2012. Acesso em: 15/07/2018.

Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira. Métodos de pesquisa; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TEIXEIRA, Luana. Lugares. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbetes). ISBN 978-85-7334-279-6.